

<b>PROCESSO Nº:</b>	@PCP 22/00099619
<b>UNIDADE GESTORA:</b>	Prefeitura Municipal de Palhoça
<b>RESPONSÁVEL:</b>	Eduardo Freccia
<b>ASSUNTO:</b>	Prestação de Contas referente ao exercício de 2021
<b>PROPOSTA DE VOTO:</b>	GAC/LRH - 1008/2022

MUNICÍPIO. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO. ADEQUADA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO. CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. PARECER PRÉVIO. RECOMENDAÇÃO PELA APROVAÇÃO.

Se as demonstrações contábeis, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município no exercício, e se os resultados demonstram o cumprimento dos pisos e limites constitucionais e legais, é cabível a recomendação ao Poder Legislativo Municipal para aprovação das contas anuais prestadas pelo Prefeito.

## I. INTRODUÇÃO

Tratam os autos de Prestação de Contas do Município de Palhoça, referentes ao exercício de 2021, em conformidade com o art. 31 da Constituição Federal e art. 113, §§ 2º e 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina. As contas têm como responsável o senhor Eduardo Freccia, Prefeito de Palhoça naquele Exercício.

O Balanço Anual e demonstrações contábeis e financeiras foram assinados, de forma eletrônica, e protocolado em 24.02.2022, dentro do prazo legal, que encerrou em 28.02.2022.

As contas são submetidas à apreciação do Tribunal de Contas de Santa Catarina mediante emissão de Parecer Prévio pelo egrégio Plenário, consoante art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Nos termos do art. 51 da Lei Complementar nº 202/2000, do art. 83 do Regimento Interno (Resolução nº 06/2001), dos artigos 7º e 8º da Instrução Normativa nº 20/2015, do art. 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, Instrução Normativa nº 28/2021, e Portaria nº 16/2022, o chefe do Poder Executivo Municipal de Palhoça remeteu a este Tribunal o balanço anual consolidado do Município de 2021 e demais demonstrativos e documentos exigidos por esta Corte.

A Diretoria de Contas de Governo (DGO), depois de minucioso exame das contas, emitiu o Relatório Técnico nº DGO-317/2022, onde apontou as seguintes restrições:

### RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1 - Aplicação parcial no valor de **R\$ 3.651.274,31**, no primeiro trimestre de 2021, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 3.685.518,96**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2., limite 3, do Relatório DGO);
- 2 - Contabilização indevida de Receita Corrente de origem das Emendas Parlamentares Impositivas e de Bancada, respectivamente, nos montantes de **R\$ 1.215.400,01** e **R\$ 400.000,00**, em desacordo com a Tabela de destinação da receita pública ([https://www.tcsc.br/sites/default/files/2021-02/2021\\_Destinacao\\_Receita\\_Publica\\_05-02-2021.pdf](https://www.tcsc.br/sites/default/files/2021-02/2021_Destinacao_Receita_Publica_05-02-2021.pdf)) c/c art. 85 da Lei n.º 4.320/64 (item 3.3., Quadro 9-A; Anexo 10 Consolidado às fls. 64 a 73 dos autos; e Documentos 3 a 9 dos Anexos do Relatório DGO); e
- 3 - Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro com saldo devedor nas Fontes de Recursos **19 (R\$ 157,23)** e **31 (R\$ 104,54)**, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Apêndice – Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).

### RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

- 1 - Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso IV da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.5. do Relatório DGO).

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, por meio do Parecer MPC/1863/2022, da lavra da Procuradora senhora Cibelly Farias, concluiu por recomendar a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, nos seguintes termos:

- 9.1.** pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **APROVAÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, relativas ao exercício de 2021;

**9.2.** pela **RECOMENDAÇÃO** no sentido de que a Unidade Gestora efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, consoante o disposto no item 6 deste parecer;

**9.3.** pela **DETERMINAÇÃO** para formação de autos apartados com vistas ao exame das impropriedades delineadas nos itens 10.2.1 e 10.3.1 do relatório técnico, bem como ao que fora pontuado com relação à situação atuarial desequilibrada e aos Conselhos Municipais de Saúde, de Assistência Social, do Idoso e dos Direitos da Criança e do Adolescente;

É o relatório.

## II. DISCUSSÃO

Trata-se de apreciação da prestação de contas anuais de governo do Município de Palhoça referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do senhor Eduardo Freccia, Prefeito Municipal de Palhoça naquele exercício.

### II.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E PRELIMINARES

Preliminarmente cabe ressaltar que o artigo 51 da Lei Complementar nº 202/2000 e o art. 7º da Instrução Normativa nº 20/2015 estabelecem prazo para remessa de contas municipais ao Tribunal de Contas, que devem ser encaminhadas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte.

O Município de Palhoça encaminhou a esta Corte as informações referentes à prestação de contas no dia 24 de fevereiro de 2022, cumprindo assim o regramento supracitado.

O exame técnico foi realizado pela Diretoria de Contas de Governo, que produziu o citado Relatório Técnico, no qual, em sua parte introdutória, contém dados e informações acerca do município, com dados históricos e socioeconômicos, como PIB, índices de desenvolvimento econômico e social, dentre outros.

O Relatório Técnico também demonstra os resultados da gestão por meio de tabelas e gráficos do desempenho nos últimos cinco anos e comparativo com médias regionais (das associações de municípios) e nacionais, relativo a diversas variáveis, como esforço tributário, IPTU per capita, cobrança da dívida ativa, quocientes de resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, evolução de despesas por função de governo, aplicações em saúde e educação e despesas de pessoal, entre outros. Isto fornece elementos que permitem ampliar a possibilidade de análise tanto por esta Corte quando pelos Vereadores (em sua função julgadora) e da própria comunidade.

O Relatório ainda aborda aspectos complementares relativos à existência e funcionamento de conselhos municipais exigidos pela legislação em vigor

(Instrução Normativa n. TC.020/2015) e o monitoramento da Meta nº 01 do Plano Nacional de Educação (Educação Infantil).

Também contém referência à Lei Complementar nº 131/2009, que alterou a Lei Complementar nº 101/2000, determinando que a União, os Estados e os Municípios devem disponibilizar, em tempo real, em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa. No Relatório Técnico consta verificação, por amostragem, de diversos pontos de controle referentes à divulgação dessas informações por meios eletrônicos pelo Município de Palhoça.

Sobre o exame das contas anuais de governo de entes públicos, como é o caso dos municípios, compete ao Tribunal de Contas emitir parecer prévio, sendo que o julgamento dessa espécie de contas é atribuição do Poder Legislativo, em conformidade com os artigos 59 e 113 da Constituição do Estado e artigo 53 da Lei Complementar nº 202/2000.

Cumprе salientar que o parecer prévio consiste na apreciação geral e fundamentada da gestão e se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, tem por escopo os resultados e a adequação das demonstrações contábeis e financeiras aos preceitos legais e regulamentares da matéria, acrescentado da verificação dos limites de despesas e pisos de aplicação de recursos, cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 (disponibilização em tempo real, em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa) e existência e efetivo funcionamento dos conselhos municipais exigidos na legislação nacional ou estadual.

Assim, o parecer prévio contempla essencialmente os resultados da gestão de governo, sem adentrar nos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que determinaram ou contribuíram para os resultados da gestão. O parecer prévio não representa apreciação dos atos e contratos administrativos (artigo 54 da Lei Orgânica deste Tribunal).

## II.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE ASPECTOS CONTÁBEIS, DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DE PISOS E LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS PARA DESPESAS E OUTROS PONTOS DE CONTROLE

De forma sintética, o Relatório Técnico, de acordo com os critérios adotados por esta Corte e a avaliação técnica realizada, aponta os seguintes resultados das contas de governo do Município no exercício em apreciação.

1. **Execução orçamentária (balanço consolidado):** do confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou em superavit de execução orçamentária de **R\$ 53.032.249,96**, correspondendo a **7,22%** da receita arrecadada.

Vale ressaltar que excluindo o resultado orçamentário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, o Município apresentou Superavit de R\$ 13.683.684,67.

O Relatório Técnico mostra os resultados da execução orçamentária nos últimos cinco exercícios. Denota-se que o Município vem apresentando resultados orçamentários positivos nos exercícios de 2017 a 2021, demonstrando o equilíbrio orçamentário e financeiro preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no período examinado.

Constata-se que o Município de Palhoça, apesar da sua arrecadação tributária expressiva comparando-se com os demais municípios catarinenses, possui dependência de transferências da União e do Estado (participação nas receitas tributárias ou por transferências voluntárias). Assim as despesas do Município dependem de receitas de transferências constitucionais ou voluntárias, ou seja, há dependência da repartição de tributos arrecadados pela União e Estado (41,17%).

Em relação à aplicação de recursos por função de governo, predominam os gastos com as funções de Educação, Saúde, Administração, Saneamento e Urbanismo.

- 2. Execução financeira (balanço consolidado):** o confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício resultou superávit (balanço consolidado) de **R\$ 142.463.617,20**. Houve variação positiva do superávit financeiro em relação a 2020 de **R\$ 32.592.086,55** passando de um Superávit de R\$ 109.871.530,65 para um Superávit de **R\$ 142.463.617,20**.

Ao final do exercício de 2020 os ativos financeiros eram suficientes para suportar as obrigações financeiras.

- 3. Situação patrimonial (balanço consolidado):** constata-se que ao final do Exercício o Município de Palhoça possuía reduzido nível de dívidas de longo prazo, em relação ao seu orçamento. (excluídas as provisões matemáticas do Regime Próprio de Previdência).

- 4. Adequação das demonstrações contábeis:** conforme o Relatório Técnico, as demonstrações contábeis apesar de apresentarem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial havida no exercício.

Considerando as anotações do Relatório Técnico, nota-se que as demonstrações contábeis, de forma geral, expressam a posição financeira, orçamentária e patrimonial, os resultados da gestão governamental no Município de Palhoça no exercício de 2021.

Os resultados dos pontos de controle podem ser verificados no quadro seguinte:

1. Resultados Orçamentário e Financeiro	Resultado	Valor (R\$)	
1.1. Resultado Orçamentário	Superavitário	R\$ 13.683.684,67	ü
1.2. Resultado Financeiro	Superavitário	R\$ 142.463.617,20	ü
2. Limites mínimos (pisos)	Parâmetro Mínimo	Resultado (%)	
2.1. Aplicação total em Saúde (art. 198 da Constituição Federal c/c o art. 77, III, do ADCT)	15,00%	24,59%	ü
2.2. Aplicação Total em Ensino (art. 212 da Constituição Federal)	25,00%	26,42%	ü
2.3. FUNDEB - Aplicação nos profissionais do ensino (art. 212-A, XI, da Constituição Federal c/c art. 26 da Lei nº 14.113/2020)	70,00%	76,61%	ü
2.4. FUNDEB – Aplicação mínima no exercício (artigo 25, da Lei nº 14.113/2020)	90,00%	96,94%	ü
2.5. FUNDEB – Aplicação do saldo no 1º Trimestre (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 c/c o artigo 53 da Lei nº 14.113/2020)	100,00%	99,07%	x
3. Despesas com Pessoal - Limites máximos	Parâmetro Máximo	Resultado (%)	
3.1. Despesas com pessoal do Município (art. 19, III, da LC nº 101/2000)	60,00%	47,03%	ü
3.2. Despesas com pessoal do Poder Executivo (art. 20, III, b, da LC nº 101/2000)	54,00%	44,89%	ü
3.3. Despesas com pessoal do Poder Legislativo (art. 20, III, a, da LC nº 101/2000)	6,00%	2,14%	ü
4. Transparência Fiscal (Instrução Normativa nº TC.020/2015 e Decisão Normativa nº TC.011/2013)	Resultado		
Lei Complementar nº 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010	Cumpriu	ü	
5. Pareceres dos Conselhos Municipais obrigatórios (Instrução Normativa nº 020/2015)	Resultado		
5.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (art. 24, da Lei nº 11.494/2007)	Cumpriu	ü	

5.2. Conselho Municipal de Saúde (art. 1º da Lei nº 8.142/1990)	Cumpriu	Ü
5.3. Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente (art. 88 da Lei Federal nº 8.069/1990)	Cumpriu	Ü
5.4. Conselho Municipal de Assistência Social (art. 16 da Lei nº 8.742/1993)	Cumpriu	Ü
5.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar art. 18 da Lei nº 11.947/2009)	Cumpriu	X
5.6. Conselho Municipal do Idoso (art. 6º da Lei nº 8.842/1994)	Descumpriu	Ü

Foram verificadas restrições de ordem legal referente a irregularidades contábeis relacionadas a contabilização indevida de Receita Corrente de origem das Emendas Parlamentares Impositivas e de Bancada, respectivamente, nos montantes de **R\$ 1.215.400,01** e **R\$ 400.000,00**, em desacordo com a Tabela de destinação da receita pública, e registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro com saldo devedor nas Fontes de Recursos **19 (R\$ 157,23)** e **31 (R\$ 104,54)**, respectivamente em desacordo com o que estabelece o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e art. 85 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

O resultado orçamentário-financeiro e o cumprimento dos limites legais de despesas demonstram ter havido preocupação com a gestão fiscal responsável preconizada pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Também foram observadas as determinações constitucionais relativas à aplicação mínima de recurso em saúde e educação.

### III.3. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde – Pactuação Interfederativa 2017-2021

O Plano Nacional de Saúde (PNS), previsto na Lei n. 8.080/1990, elaborado em conjunto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e alinhados com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), meio da Pactuação Interfederativa, estabeleceu diretrizes, objetivos e metas da saúde para o período 2017-2021, incluindo 23 indicadores, conforme a Resolução nº 8/2016, publicada no DOU de 12.12.2016.

O Relatório Técnico mostra o seguinte resultado acerca do monitoramento e avaliação das metas pactuadas pelo Município de Palhoça, referente ao exercício de 2021:

**Quadro 20** – Cumprimento Avaliação das Metas Pactuadas no Plano Nacional de Saúde: 2021

INDICADORES	META 2021	RESULTADO	SITUAÇÃO VERIFICADA
1 – Mortalidade Prematura: Para município e região com menos de 100 mil habitantes: a) Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças	277,00	316,00	Não Atingiu

respiratórias crônicas. b) Para município e região com 100 mil ou mais habitantes, estados e Distrito Federal: Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).			
<b>2</b> - Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	100,00	100,00	Atingiu
<b>3</b> - Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	98,00	97,74	Não Atingiu
<b>4</b> - Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	75,00	0,00	Não Atingiu
<b>5</b> - Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	100,00	71,60	Não Atingiu
<b>6</b> - Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das cortes.	100,00	71,43	Não Atingiu
<b>7</b> - Número de casos autóctones de malária.	Não aplicável à SC	Não aplicável à SC	Análise Prejudicada
<b>8</b> - Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	18,00	30,00	Não Atingiu
<b>9</b> - Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	0,00	0,00	Atingiu
<b>10</b> - Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	100,00	ND	Análise Prejudicada
<b>11</b> - Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0,55	0,28	Não Atingiu
<b>12</b> - Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0,40	0,06	Não Atingiu
<b>13</b> - Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar.	50,00	52,42	Atingiu
<b>14</b> - Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	8,00	8,76	Não Atingiu
<b>15</b> - Taxa de mortalidade infantil.	9,00	7,77	Atingiu
<b>16</b> - Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	0,00	0,00	Atingiu
<b>17</b> - Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	85,00	ND	Análise Prejudicada
<b>18</b> - Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	75,00	80,49	Atingiu
<b>19</b> - Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	55,00	ND	Análise Prejudicada
<b>20</b> - Percentual de municípios que realizam no	ND	ND	Análise

mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano.			Prejudicada
<b>21</b> – Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica.	100,00	ND	Análise Prejudicada
<b>22</b> – Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	6,00	ND	Análise Prejudicada
<b>23</b> - Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00	Atingiu

Fonte: <http://200.19.223.105/cgi-bin/dh?mortalidade/mortalidade.def>, acessado em 24/05/2022

Obs: ND - Meta não definida ou Resultado não Informado; Análise Prejudicada - Em razão de ausência de informações do resultado na data da consulta.

Como se denota, o Município de Palhoça atingiu alguns dos parâmetros mínimos examinados, mas ainda precisa avançar em relação a outros indicadores, de grande importância, como os indicadores 1, 3 a 6, 8, 11, 12 e 14.

### III.4. MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - MONITORAMENTO DE METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

O exame das contas de governo inclui a avaliação relativa ao Monitoramento de Metas do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal nº 13.005/2014) e o Plano possui dez diretrizes, com 20 metas e 254 estratégias, com abrangência em todos os níveis de ensino e esferas de governo, para serem atingidas em 10 anos. Entre as metas está a Meta 1 – Universalizar a educação infantil em creches e na pré-escola. No caso do Município de Palhoça, o monitoramento relativo ao exercício das contas mostrou os seguintes resultados:

Meta 1 do PME	Parâmetro	Resultado (Taxa de Atendimento)	
1. Oferta de educação infantil em creches (1)	Mínimo de 50% das crianças de até 3 anos até 2024	34,58%	X
2. Oferta de educação infantil na pré-escola (2)	100% das crianças de 4 a 5 anos de idade até o final de 2016	77,35%	X

1. Cálculo da taxa de atendimento: população na faixa etária 0 a 3 anos de idade matriculadas em creches dividida pela população de 0 a 3 anos estimada para o Município.

2. Cálculo da taxa de atendimento: número de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos de idade matriculadas dividido pela população de 4 e 5 anos de idade estimada para o Município.

Foi constatado o descumprimento da meta de atendimento de educação infantil em creches de 2021, a taxa foi inferior à verificada no Exercício de 2020 (35,07%). Portanto, constata-se que houve piora da situação em relação ao exercício anterior, demonstrando a necessidade da adoção de providências para alcançar a meta estabelecida.

Da mesma forma a meta da educação infantil na pré-escola (4 e 5 anos), não foi atendida. Constata-se que no ano anterior (2020) também não foi alcançado

o índice desejado, pois atingiu apenas 73,70%. Isso mostra que é necessário mais empenho do município para o atingimento da meta estabelecida.

Com relação à vinculação da LOA às das metas do Plano Nacional da Educação (PNE), o qual estabelece que o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução, constatou-se que no Município de Palhoça o total executado no atingimento das metas do PNE do Município foi de R\$ 43.954.187,71, representando 4,88% do orçamento do Município de 2021.

## II.5. DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS UTILIZADOS NO COMBATE À PANDEMIA DA COVID19, POR ESPECIFICAÇÕES DE FONTES DE RECURSOS - FR

Com a pandemia da Covid-19 a partir de fevereiro/2020, instalou-se situação de emergência e, posteriormente, de calamidade pública, o que demandou ações imediatas do Poder Público, em todos os seus níveis, nas diversas áreas – em especial, na área da saúde – para enfrentamento das gravíssimas consequências da pandemia.

A União editou diversas normas – como a Emenda Constitucional nº 106/2020, Lei nº 173/2000 e Lei Aldir Blanc – para minimização dos efeitos da pandemia sobre os serviços públicos, as finanças públicas, a economia e as consequências sociais. Tais normas impactaram diretamente nas finanças municipais, seja pelo incremento nos repasses financeiros, seja pelo abrandamento temporário de regras relativas a cumprimento de compromissos para com a União (notadamente relativos ao pagamento de dívidas).

Considerando a situação excepcional, com reflexos nas receitas e despesas municipais, foi solicitado aos entes a realização de registros específicos acerca dos eventos relacionados ao combate à Covid-19. Em relação ao Município de Palhoça, conforme o Relatório Técnico, foram apuradas as seguintes receitas e despesas vinculadas à pandemia no exercício de 2021:

### Quadro 22 - Demonstrativo % das despesas com a pandemia em relação às receitas do Município

FONTE DE RECURSOS	Receitas contabilizadas nas FR*	Despesas contabilizadas nas FR e utilizadas no combate a pandemia do Covid19**	% das despesas com a pandemia em relação às receitas do Município***
00 Recursos Ordinários	291.019.301,54	1.472.916,90	0,51
01 Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	57.248.374,06	0,00	0,00
02 Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	56.824.876,59	735.148,94	1,29

03 Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	66.541.470,21	0,00	0,00
07 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	81.195,93	0,00	0,00
08 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	28.937.873,28	0,00	0,00
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.110.072,16	920,00	0,02
18 Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos profs. do Magist. em efet exercício na Ed. Básica)	52.474.542,06	0,00	0,00
19 Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	34.868.573,65	7.980,20	0,02
31 Transferências de Convênios – União/Assistência Social	746.011,36	859.392,01	115,20
33 Transferências de Convênios – União/Saúde	885.775,07	1.236.179,43	139,56
34 Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2.477.861,24	474.830,00	19,16
36 Salário-Educação	7.560.789,60	27.951,30	0,37
37 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	1.938.588,58	748.227,10	38,60
38 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	29.239.254,48	549.569,39	1,88
50 Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	9.991,16	0,00	0,00
61 Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	648.031,40	55.589,00	8,58
62 Transferências de Convênios – Estado/Educação	1.663.121,58	0,00	0,00
63 Transferências de Convênios – Estado/Saúde	1.729.569,61	88.969,80	5,14
64 Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência	359.048,68	0,00	0,00

social)			
67 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	3.216.124,87	576.061,28	17,91
75 Taxa de Administração RPPS	5.684.430,91	0,00	0,00
76 Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019)	900.000,00	0,00	0,00
80 Outras Especificações	66.204.153,01	0,00	0,00
83 Operações de Crédito Internas - Outros Programas	19.173.134,54	0,00	0,00
87 Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	4.100,00	0,00	0,00
88 Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	83.400,00	0,00	0,00
89 Alienações de Bens destinados a Outros Programas	343.102,64	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>734.972.768,21</b>	<b>6.833.735,35</b>	<b>0,93</b>

Fonte: Sistema e-Sfinge

\*Representa as receitas totais arrecadadas pelo Município, valor consolidado.

\*\* Representa as despesas contabilizadas nas FR's criadas pelo TCE/SC especialmente para atender a demanda da legislação sobre a covid19 (FR's 42, 51, 52 e 53) e as demais obteve-se pela análise dos históricos dos empenhos.

\*\*\* Representa a relação entre as despesas realizadas para atender a pandemia frente as receitas arrecadadas por FR's. O percentual apresentado em cada linha de código de FR, se refere às despesas com a pandemia em relação às receitas arrecadadas no exercício em análise, havendo a possibilidade de realização de despesas financiadas com o superávit do exercício anterior.

Como se denota, as despesas específicas para combate aos efeitos da Covid-19 realizadas pelo Município de Palhoça em 2021 somaram R\$ 6.833.735,35. Verifica-se que a Município gastou o equivalente a 0,93% de suas receitas para direto enfrentamento da pandemia.

## II.6. RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

De acordo com o art. 51 da Lei Orgânica deste Tribunal e a Instrução Normativa nº TC-020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico, deve acompanhar as contas o Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno (ROCSCI) do Poder Executivo (art. 7º, II), o qual deve conter diversas informações indicadas no Anexo II da citada Instrução Normativa (salvo as excepcionadas pela Portaria nº TC-016/2022). O quadro seguinte demonstra as exigências e o contido no relatório do órgão central apresentado nas contas de gestão:

Conteúdo do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno	Resultado
---	-----------

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social do Município, inclusive sobre indicadores quando definidos pelo Tribunal de Contas</li> </ul>	Informações apresentadas	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrativo do cumprimento dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal</li> </ul>	Demonstrativos apresentados	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrativo do cumprimento dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais</li> </ul>	Demonstrativos apresentados	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde</li> </ul>	Demonstrativos apresentados	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em educação e FUNDEB</li> </ul>	Demonstrativos apresentados	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio</li> </ul>	Informação apresentada	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando for o caso, relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho (exceto enfreteamento à COVID-19)</li> </ul>	Informação apresentada	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores.</li> </ul>	Informação apresentada.	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME)</li> </ul>	Informação apresentada	ü
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfrentamento à COVID-19</li> </ul>	Ausência de informação	X

O órgão central do controle interno deixou de atender integralmente ao requerido na Instrução Normativa nº TC.020/2015 e na Portaria N.TC.016/2022, diante da omissão em relação às informações relacionadas às despesas ao enfrentamento à COVID-19.

Após análise do relatório DGO, cumpre dizer que a senhora Procuradora do Ministério Público de Contas (Parecer MPC/1863/2022), opinou pela emissão de

parecer recomendando à Câmara Municipal a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, relativas ao exercício de 2021.

Todavia, anota a representante ministerial que a Unidade Gestora efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais. Propõe ainda determinação para a formação de autos apartados com vistas ao exame das impropriedades delineadas nos itens 10.2.1 e 10.3.1 do relatório técnico, bem como ao que fora pontuado com relação à situação atuarial desequilibrada e aos Conselhos Municipais de Saúde, de Assistência Social, do Idoso e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quanto à preocupação da representante do Ministério Público em relação ao desequilíbrio atuarial do Regime Próprio de Previdência do Município, percebe-se que não foi demonstrada medida objetivando o reequilíbrio atuarial, razão pela qual entendo necessário alertar à Diretoria de Contas de Gestão (DGE) para que adote as providências no âmbito da fiscalização dos Regimes Próprios da Previdência Social (RPPS).

Em relação às restrições evidenciadas no Relatório da DGO, cabe registrar que:

- a) Recursos do FUNDEB - A aplicação dos valores remanescentes do exercício anterior, mediante a abertura de crédito adicional, atingiram 99,07% do montante a ser aplicado. Considerando que o valor que deixou de ser aplicado não é significativo frente ao total dos recursos, entendo ser suficiente propor recomendação para que o município doravante cumpra o estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007, aplicando integralmente os valores remanescentes nos próximos exercícios;
- b) Contabilização indevida de Receita Corrente de origem das Emendas Parlamentares Impositivas e de Bancada, e Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro, constituem falhas de registros contábeis que não apresentam gravidade para a análise das contas, razão pela qual a recomendação para a observância do art. 85 da Lei n.º 4.320/64 e art. 85 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e a medida a ser adotada.
- c) Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar motiva a adoção de recomendação para que o município cumpra ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso IV da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

Assim, necessário registrar que as restrições apontadas não constituem gravidade suficiente para macular as contas, contudo cabe recomendação para que não ocorra reincidência das restrições evidenciadas para o próximo exercício.

Do mesmo modo, no que se refere às demais irregularidades e inconsistências, considera-se suficiente a expedição de recomendação para que se atente para o cumprimento das normas legais e regulamentares.

### III. VOTO

Diante do exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 113 da Constituição do Estado e nos artigos 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório Técnico e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos artigos 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2021;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os artigos 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX – Considerando o Relatório Técnico nº DGO-317/2022, da Diretoria de Contas de Governo;

X - Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPC/1863/2022;

1. Emite parecer recomendando à Câmara Municipal de Palhoça a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2021 prestadas pelo senhor Eduardo Freccia, Prefeito Municipal de Palhoça naquele Exercício, com as seguintes recomendações:

#### 1.1. RECOMENDAÇÕES:

1.1.1. adote providências para completa adequação do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno às exigências da Instrução Normativa nº TC-020/2015;

1.1.2. adote providências para garantir a aplicação integral, dos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior mediante a abertura de crédito adicional, em observância ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007;

1.1.3. adote providências em relação aos registros contábeis (Contabilização indevida de Receita Corrente de origem das Emendas Parlamentares Impositivas e de Bancada) e (Registro indevido de Valores Restituíveis e

Outras Obrigações do Passivo Financeiro), em observância ao que estabelece o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e art. 85 da LRF (itens 10.2.2 e 10.2.3 do Relatório DGO-317/2022);

1.1.4. adote providências para o encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em atendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso IV da Instrução Normativa N.TC-20/2015;

1.1.5. adote providências tendentes a garantir o alcance das metas estabelecidas para o atendimento em creche e pré-escola, em cumprimento ao art. 208, I, da Constituição Federal, à Meta 1 da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE), observado o disposto no Plano Municipal de Educação (PME);

2. Alertar à Diretoria de Contas de Gestão - DGE para que adote providências no âmbito da fiscalização dos RPPS, quanto às impropriedades relacionadas ao desequilíbrio atuarial do Regime Próprio de Previdência do Município (item 4.4 do Relatório DGO nº 249/2022).
3. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores de Palhoça que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.
4. Determina dar ciência do Parecer Prévio e do Relatório Técnico n. DGO-317/2022 ao senhor Eduardo Freccia, à Câmara Municipal de Palhoça, à Prefeitura Municipal de Palhoça e ao Conselho Municipal de Educação.

Florianópolis, 01 de novembro de 2022.

LUIZ ROBERTO HERBST  
Conselheiro Relator

